

PROJETO DE LEI N.º _____, DE 2016

(Do Sr. MARX BELTRÃO)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de mensagens educativas sobre temas atuais nas contracapas das publicações e em outros materiais didáticos custeados com recursos públicos e distribuídos aos alunos da rede pública de educação básica do país.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os livros e outros materiais didáticos e paradidáticos publicados e distribuídos no âmbito dos programas federais de apoio à rede pública de educação básica nacional conterão obrigatoriamente, nas contracapas das publicações, mensagens educativas sobre temas atuais e direcionados ao público infantil ou jovem.

Parágrafo único. Os livros e outros materiais didáticos e paradidáticos publicados em meio digital, na forma de audiolivro ou similar ou, ainda, impressos em braile ou outro código, conterão as mensagens educativas em formato apropriado ao suporte da edição.

Art. 2º Ao Poder Executivo cabe regulamentar esta lei no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação, definindo inclusive a responsabilidade pela seleção de temas das campanhas educativas anuais e pela aprovação dos textos a serem veiculados nas obras e materiais didáticos e paradidáticos selecionados para produção e distribuição nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), iniciativa importantíssima do Ministério da Educação e financiada com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o FNDE, é o mais antigo programa voltado à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de educação. Iniciado em 1929, com outra denominação, quando da instituição do Instituto Nacional do Livro (INL), só veio efetivamente a funcionar em 1934, quando Gustavo Capanema assume o Ministério da Educação do governo Getúlio Vargas e o INL recebe a atribuição de editar as obras literárias para a formação cultural da população.

Desde sua criação até 1996, foram experimentadas pelos governos diversas maneiras de fazer chegar os livros didáticos aos alunos das escolas públicas brasileiras; mas foi só depois da extinção da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) em 1997 e da criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é que o Programa Nacional do Livro Didático assume sua feição de programa realmente nacional, incumbido de produzir e distribuir, contínua e massivamente, os livros didáticos de todas as matérias a todos os alunos da educação básica brasileira – primeiro, para os do ensino fundamental; depois, somaram-se a estes os estudantes do ensino médio.

O PNLD administra hoje cifras formidáveis: Em 2016, o PNLD e o PNLD Campo estão distribuindo um total de 118.930. 984 (cento e dezoito milhões, novecentos e trinta mil, novecentos e oitenta e quatro) livros - didáticos e também acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários - para 30.011.814 (trinta milhões, onze mil, oitocentos e quatorze) estudantes, matriculados em 119.963 (cento e dezenove mil novecentos e sessenta e três) escolas da rede pública de ensino fundamental e médio de todo o Brasil. O mapa a seguir representa estas iniciativas, distribuídas pelas cinco Regiões brasileiras.

PNLD 2016 E PNLD CAMPO 2016 - DISTRIBUIÇÃO DOS LIVROS



Fonte: site do FNDE/PNLD, acesso em 7/4/2016

Dessa forma, só neste ano de 2016, a distribuição proporcional dos livros por alunos/escolas é a seguinte: o Sudeste recebe 36% dos livros, para 38% dos alunos de 23,2% escolas públicas nacionais; ao Nordeste cabem 30,8% dos livros, para 28,7% dos alunos, matriculados em 43,5% das escolas da rede pública brasileira; a Região Sul recebe 13,3% livros, para 14,2% alunos matriculados em 11,8% escolas da rede pública de educação básica nacional; para a Região Norte, vão 12,3% dos livros, para 11,4% dos alunos matriculados nas 16,4% das escolas da rede; e por fim, a Região Centro-Oeste recebe 7,6% livros, distribuídos a 7,7% alunos, matriculados em 5% escolas de ensino fundamental e médio do país, nas cidades e no campo.

No entanto, o Brasil está perdendo a oportunidade de fazer chegar às mãos destes mais de 30 milhões de crianças, jovens e adultos, de várias idades e de várias partes do Brasil, mensagens educativas, sobre temas atuais de interesse público, apropriadamente formuladas e veiculadas nas contracapas dos quase 120 milhões de livros didáticos e literários produzidos, adquiridos e distribuídos só neste ano, por meio do investimento de recursos públicos vultosos: o orçamento nacional aprovou em 2015, para financiar o Programa de 2016, nada menos que R\$1.135.255.882,00 – mais de

um bilhão e cento e trinta e cinco milhões de reais, conforme as informações de FNDE/MEC.

Portanto, este projeto de lei vem preencher, praticamente sem maiores custos adicionais, uma lacuna fundamental que o país não pode mais se dar ao luxo de descartar: a possibilidade de, durante os anos vindouros, desenvolver efetivamente as tão necessárias campanhas educativas/culturais de amplo alcance para o público infantil e juvenil, disseminando informações úteis, claras e corretas sobre temas como educação ambiental, cidadania, empreendedorismo, prevenção da gravidez na adolescência e do uso de álcool e outras drogas, nas contracapas dos milhares e milhares livros e materiais paradidáticos produzidos e distribuídos pelo PNLD e programas similares, com os recursos públicos do FNDE.

Solicito, então, de meus Pares na Comissão de Educação o apoio a este projeto de lei, pelas razões expostas.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Deputado MARX BELTRÃO